
ἀρχαί

AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL
THE ORIGINS OF WESTERN THOUGHT

ARTIGO ORIGINAL | ORIGINAL ARTICLE

O império persa e o pensamento político clássico: um panorama

The Persian Empire and Classical Political Thought: A Panoramic View

Matheus Treuk Medeiros de Araujo ⁱ

<https://orcid.org/0000-0003-4500-8279>
mathtreuk@gmail.com

ⁱ Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil

ARAUJO, M. T. M. (2019). O império persa e o pensamento político clássico: um panorama. *Archai* 25, e02503.

Resumo: A Pérsia aquemênida teve um impacto longo e duradouro no pensamento político da Grécia clássica. Após a submissão dos gregos jônicos e as Guerras Médicas, a ideia de império territorial, originalmente uma realidade estrangeira, se tornou crescentemente

relevante entre os historiógrafos gregos e teria enorme importância para o surgimento de uma identidade helênica. Nos períodos tardo-clássico e helenístico a oposição entre gregos “livres” e persas “servis” com base em distinções constitucionais se tornou tão intensa que penetrou amplamente as obras de Aristóteles e a propaganda política de Alexandre. A avaliação das virtudes (e vícios) de monarcas persas tomados individualmente foi central nos modelos gregos de liderança política e enseja questionamentos de grande interesse aos especialistas modernos. Uma visão panorâmica de alguns dos principais temas nas obras políticas gregas é, portanto, necessária a fim de destacar a importância da Pérsia como estímulo e preocupação do pensamento clássico.

Palavras-chave: pensamento político, monarquia, despotismo, Pérsia, império.

Abstract: Achaemenid Persia had a deep and enduring impact in classical Greek political thought. After the submission of the Ionian Greeks and the Persian Wars, the idea of a territorial empire, originally a foreign reality, became increasingly important among Greek historiographers and would be of paramount importance to the rise of Hellenicity. During the Late Classical and Hellenistic Period, the opposition between “free” Greeks and “slavish” Persians on the ground of constitutional differences became so strong that it pervasively permeated the works of Aristotle and the political propaganda of Alexander. Evaluation of individual Persian monarch’s virtues (and vices) was central in Greek examples of political leadership and raises many interesting questions to modern scholars. A panoramic view of some of the main subjects in Greek political works is therefore needed to highlight the importance of Persia as a stimulus and concern of classical thought.

Keywords: political thought, monarchy, despotism, Persia, empire.

Ao celebrar, em outubro de 1971, os dois mil e quinhentos anos do Império Persa, Mohammad Reza Pahlavi, então xá do Irã, regozijava-se na ignorância dos anos vindouros. Envolvendo o país em cerimônia, com pompa e circunstância, endereçou emocionado

discurso a Ciro, o Grande, após colocar-se de pé diante da tumba do fundador (Curtis, 2005, p. 257). Em Pasárgada, o monarca deu início às festividades. Já em Persépolis, escolhida para sediar uma parada militar comemorativa, o rei instalou um jardim de rosas e ciprestes à moda francesa. Banqueteando juntos, os convidados ilustres, chefes de Estado, chefes de governo e suas comitivas, deliciavam-se ao sabor do caviar iraniano e, de forma geral, aproveitavam uma estadia luxuosa. Nas palavras de Orson Welles, aquele não era um acontecimento qualquer, mas “uma celebração de vinte e cinco séculos” (Kadivar, 2002).

O evento deu ensejo a diversas leituras ideológicas e tornou-se instrumento e combustível de propaganda política. De um lado, a monarquia iraniana, em seu afã por ocidentalizar-se, adotara como símbolo o cilindro de Ciro, uma relíquia arqueológica que o *British Museum* concordara em ceder ao país durante as festividades. Para o último xá do Irã, a peça seria uma espécie pioneira de Carta dos Direitos Humanos (Macgregor, 2004). Reproduzindo essa visão, houve quem afirmasse que Ciro, o Grande, fora um defensor “das liberdades e dos direitos humanos, muito antes da Magna Carta”. As palavras, pronunciadas por Welles no documentário *Flames of Persia*, eram, sem dúvida, impactantes, mas contrastavam ironicamente com a conhecida brutalidade da SAVAK.

De outro lado, os exageros e luxos da monarquia afiguravam-se como caprichos tirânicos, tingindo o discurso das oposições. O aiatolá Khomeini, líder da revolução de 1979, alertara o xá contra a pretensiosa celebração. De seu exílio no Iraque, afirmava que as grandes obras dos reis iranianos haviam sido erigidas sobre os cadáveres do povo trabalhador (Llewellyn-Jones, 2013, p. 12). Demonstrava, assim, seu desprezo pelas monarquias antigas e modernas. Das cinzas do passado sassânida, arsácida e, sobretudo, aquemênida, brotava, como de costume, uma espessa nuvem de controvérsia política, bem como certa leitura polarizada pelas persistentes imagens do autoritarismo e da liberdade.

Nada de novo debaixo do sol. A Pérsia antiga foi, consistentemente, objeto e cenário dos discursos políticos ocidentais,

em termos semelhantes. Montesquieu, em seu *Espírito das Leis*, observara ironicamente que as leis da Pérsia obrigavam o rei à execução de decisões eivadas de vícios grosseiros, como aquela que teria permitido o extermínio de todos os judeus no livro bíblico de Ester (Montesquieu, 2004, p. 69). O despotismo, referência política remodelada pelo autor francês, encontrava na monarquia iraniana um exemplo perfeito: para ela convergiam, supostamente, a fragilidade do direito privado, a ausência de normas fundamentais, as veleidades e caprichos das dinastias reinantes e certa disposição belicosa (Montesquieu, 2004, p. 68-69; 98-104).

A propósito dessa representação da Pérsia, leia-se a seguinte passagem, extraída do *Espírito das Leis*:

Os príncipes dos Estados despóticos sempre abusaram do casamento. Tomam, de ordinário, várias esposas, sobretudo na parte do mundo onde o despotismo é, por assim dizer, naturalizado, ou seja, na Ásia. Ali se tem tantos filhos que são absolutamente incapazes de nutrir afeição por eles, nem estes por seus irmãos.

A família reinante se assemelha ao Estado: é demasiado fraca, e seu chefe, demasiado forte; parece extensa, mas se reduz a nada. Artaxerxes ordenou a morte de todos os seus filhos por terem conjurado contra ele. Não é verossímil que cinquenta filhos conspiram contra seu pai; e ainda menos que conspiram porque ele não quis ceder sua concubina ao seu primogênito. É mais fácil crer que tenha havido alguma intriga típica desses serralhos do Oriente; desses lugares onde o artifício, a maldade, a astúcia, reinam no silêncio e se cobrem com o manto de uma espessa noite; onde um velho príncipe, tornado a cada dia mais imbecil, constitui o primeiro prisioneiro do palácio (Montesquieu, 2004, p. 101, trad. Bini).

Bodin, um pensador mais generoso para os orientais, pôde acolher a Pérsia aquemênida entre seus modelos de realeza legítima e, curiosamente, chegou a elogiar seus monarcas. O pensador francês negava-se a acreditar na irrevogabilidade da “lei dos medos e dos persas”, empregada por Montesquieu, séculos depois, para exemplificar a irracionalidade dos aquemênidas (Bodin, 1579, p.

102). Além disso, chegou a exaltar a monarquia dos iranianos, que inseriu dentro de uma categoria intermediária em sua classificação geral. Em suas palavras,

[. . .] nós vemos também que as tiranias são arruinadas bem cedo e que os estados senhoriais, mesmo as monarquias senhoriais, foram grandes e formidáveis, como as monarquias antigas dos assírios, dos medos, dos persas [...] (Bodin, 1579, p. 194, nossa tradução)

Notavelmente, o contraste dos tratamentos dispensados por Bodin e Montesquieu ao Império Persa se encaixa perfeitamente no plano geral de suas divergências teóricas. Da elaboração de um conceito de soberania absoluta à defesa de restrições constitucionais ao poder, o exemplo da Pérsia adequou-se aos discursos de cada momento histórico.

A observação é válida para outros pensadores modernos. Hobbes, por exemplo, destacou o fato de que a filosofia pôde nascer pioneiramente em Estados de monarquias antigas, como a Pérsia, uma vez que nesses países houvera uma situação de unificação e paz que os gregos tardaram a conquistar (Hobbes, 1981, p. 683-684). Criticado ainda mesmo no século XVIII (Duperron, 1778, p. 1), o desprezo de Montesquieu pelo regime dos persas alcançava o extremo das reprovações a Ciro, o Grande. O mesmo Ciro que, no *Príncipe*, de Maquiavel, é tido como um exemplo de liderança pela grandeza de alma e as façanhas realizadas (Maquiavel, 2008, p. 81, 264-265, 278-280).

Todos esses ensaios sobre a antiguidade persa e todo o complexo fático que os teóricos modernos selecionaram para deles extrair generalidades e modelos universais nutriram-se de uma fina seiva estabelecida pela literatura bíblica e, em especial, a literatura clássica contemporânea ao Império Aquemênida. O Irã e as particularidades históricas, políticas e sociais do Oriente Próximo Antigo alimentaram a imaginação dos helenos e serviram de objeto às reflexões inovadoras dos séculos V e IV a.C. Heródoto, Aristóteles, Xenofonte e Platão, debruçando-se sobre temas políticos e jurídicos, utilizaram a argila das histórias recentes e remotas dos orientais e deram vida e sentido especiais às narrativas correntes sobre os reis aquemênidas.

De maneira geral, é possível identificar três temas de reflexão promovidos pelo contato entre gregos e persas no pensamento político clássico. De um lado, a Pérsia forneceu aos helenos um modelo contemporâneo, grandioso e relativamente estável de regime monárquico, baseado em instituições muito distintas dos órgãos colegiados de exercício de poder que eram comuns nas pólis clássicas. De outro lado, a extensão geográfica e a diversidade étnica do domínio aquemênida, historicamente inéditas, conduziram os autores gregos a reflexões pioneiras sobre o “império territorial”, um ente político patentemente distinto das cidades-estado. Por fim, as figuras individuais dos monarcas persas alimentaram o imaginário dos antigos e conduziram a formulações teóricas personalistas e eminentemente morais das práticas de governo.

A noção do domínio persa enquanto um regime despótico, reverberada pelos autores modernos, tornou-se um lugar comum dos estudos acadêmicos sobre as imagens da Pérsia na Grécia clássica. Segundo alguns, já Heródoto e Ésquilo apresentariam o regime persa como um “despotismo”, um domínio senhorial, similar à tirania grega¹ e oposto aos regimes colegiados de exercício do poder (Barceló, 1993, p. 174-175). Fala-se, ademais, da emergência de uma consciência identitária grega, fundada mormente neste contraste político entre os regimes da Pérsia e da Grécia (Hall, 2002, p. 172-228).

Sem dúvida, o tema da peleja entre despotismo e liberdade é encontradiço na literatura antiga, mas seria anacrônico pensar que ele não tenha sofrido modificações ou um desenvolvimento histórico

¹ Condilo contribuiu para nossa compreensão da tirania em Heródoto. A partir de uma análise sistemática das ocorrências do termo τύραννος (e de seus derivados verbais e nominais), a autora identifica certa inclinação de Heródoto a censurar a tirania (Condilo, 2008, p. 79), em conformidade com a ideologia predominante na Atenas Clássica. Esta perspectiva, contudo, deve ter sido temperada pela opinião heterogênea de suas audiências (Condilo, 2008, p. 83), sendo difícil determinar uma valoração unívoca por parte do historiógrafo (Condilo, 2008, p. 103). Ainda segundo Condilo, não é possível identificar um modelo ou conceito de tirania em Heródoto, que expressa somente uma perspectiva genérica sobre o fracasso inexorável de governantes ineptos (Condilo, 2008, p. 96-105).

complexo. A historiografia alexandrina, ao que parece, conferiu ao tema sua forma mais popular, cristalizando, pela tarefa de preservação da propaganda de Alexandre, o Grande, a conhecida antítese entre os gregos livres e os persas servís. É a imagem que nos fornece, por exemplo, Arriano, ao relatar o discurso de Alexandre às vésperas da batalha de Isso, qualificada como “uma luta de homens livres contra escravos” (*Arr. An.*, II, 7.4). É também a origem da tensão subjacente à “orientalização” do rei da Macedônia em Arriano e outros (assim chamados) historiadores de Alexandre, como Quinto Cúrcio, Pompeu Trogo e Plutarco.

Nesses autores, a retórica da liberdade é esquemática e polarizada, decerto em razão de seu propósito pedagógico e das preocupações políticas próprias de seu tempo, o Principado e o Império Romano (Briant, 2003, p. 169). Para legitimar seu governo monárquico, os césares se apresentaram, desde Augusto, como “príncipes” em harmonia com as instituições e as leis. Os regimes bárbaros, ao contrário, seriam marcados pelo exercício de um poder absoluto sobre os súditos. Assim, ao representar os reis persas e partos como despóticos e cruéis, os autores do período romano contribuíam para delimitar as fronteiras do bom e do mau governo. Durante grande parte da história romana, esse modelo, transposto à realidade arsácida, manteve notável vigor (Lerouge, 2007, p. 260-267).

Antes da era romana, a ideia aparece, de uma forma ou outra, nos oradores áticos, historiadores e filósofos dos séculos V a IV a.C. Em Tucídides, por exemplo, as trajetórias de Pausânias, Temístocles e Alcibíades, políticos ambiciosos (ou assim percebidos), evidenciam a associação, provavelmente difusa no imaginário grego, entre a Pérsia e a tirania. Pausânias, campeão de Plateias, teria se tornado arrogante e impopular entre os aliados de Esparta, provocando sua insatisfação. Agindo e portando-se como um persa, foi acusado de “medismo” e morreu como suplicante ao ser descoberto tramando um matrimônio com a filha do rei (1.95; 128-134). Temístocles, acusado do mesmo crime, se exilou na corte persa, onde nutria a esperança de conquistar a Grécia (1.138). Alcibíades, após pressionar os

atenienses a reencetar a guerra contra os lacedemônios por considerações de puro orgulho pessoal, acaba por conduzir Atenas à catástrofe completa na Sicília e, após um exílio em Esparta, se instala na corte de Xerxes II (8.45). Em todos esses casos, como é evidente, o historiógrafo ateniense sugere um vínculo de inspiração e mesmo patrocínio entre a arrogância de gregos ambiciosos e o regime do rei dos reis.

A origem dessa imaginada polaridade, segundo os estudiosos da questão, poderia ser identificada em Ésquilo e Heródoto, os quais teriam elaborado certo discurso sobre o Oriente Próximo estruturado sobre uma distinção essencialmente política e instrumental para os interesses do crescente Império Ateniense. Encontramos as mais diversas maneiras de expressar essa leitura tradicional. Para François Hartog, por exemplo, “as *Histórias* [de Heródoto] fazem crer que, entre gregos e bárbaros, a diferença é quanto ao poder” (Hartog, 1988, p. 345). Edith Hall, por sua vez, fala do embate entre gregos e persas como evento que teria “catalisado a invenção do bárbaro” e permitido a associação destes últimos ao “demônio da tirania” (Hall, 1989, p. 59). A doutrina é sintetizada com clareza pela obra de Paul Cartledge:

Veja ou outra, implícita e explicitamente, Heródoto estabelece um contraste entre o que poderíamos chamar de a liberdade republicana e o autogoverno gregos e o despotismo oriental persa. [...] Entre o séquito de conselheiros de Xerxes durante sua tentativa de conquistar a Grécia, em 480, havia um exilado espartano, não um qualquer, mas o outrora rei Demarato, que, após seu (injusto) destonamento, havia 'medizado'. Heródoto não pode ter conhecido o que Demarato e Xerxes haviam dito um ao outro, muito menos os detalhes de qualquer entrevista formal. Apesar disso, nem um pouco intimidado, é o que ele declara reproduzir mais de uma vez no livro sete. Num desses casos (7.104), de maneira um tanto inverossímil, faz-se Demarato discursar [...] a favor do Helenismo, embora dotado de um toque espartano. Para os persas, diz ele, você, Xerxes, é um *despotes*, um governante absoluto de súditos que não são mais livres que escravos. Os espartanos, contudo (representando 'os gregos') não reconhecem um

despotes, exceto *nomos*, a Lei [...]. Foi o *nomos* despótico persa que, sugere Heródoto, estimulou, inevitavelmente, a agressão imperialista de Xerxes e, nesse sentido, causou as Guerras Médicas. Mas, de forma não menos evitável, tal *nomos* e Xerxes encontraram seu adversário no *nomos* livremente escolhido que regia os gregos. Nessa medida, considerável, Heródoto endossou, inconscientemente, como quase todos os gregos, um estereótipo negativo do Outro bárbaro (Cartledge, 2002, p. 76-77, nossa tradução).

Felizmente, tal visão tem sido desconstruída pela crítica recente, que questiona tanto a cronologia desenvolvida para explicar a “invenção dos bárbaros” (Kim, 2013, p. 37) quanto a interpretação política que se poderia extrair da obra de Heródoto. Destacam-se, especialmente, as críticas de Erich Gruen e Pascal Payen, que não enxergam em Heródoto qualquer viés essencialista a erigir um muro intransponível separando gregos e bárbaros (Gruen, 2010, p. 168; Payen, 1997, p. 163-218).

Em breve síntese, os especialistas hoje nos alertam para o fato de que o recorte entre monarquia ou tirania, de um lado, e democracia ou republicanismo, de outro, não é uma chave interpretativa válida para todas as passagens das *Histórias*. Para Gruen, por exemplo, não há relação de identidade entre os discursos espartanos anti-persas nas *Histórias* e a opinião de Heródoto (Gruen, 2010, p. 77-85). Asheri pede que tenhamos em mente as diversas passagens em que o historiógrafo admite o sucesso e adequação dos regimes monárquicos (Asheri et. al., 2007, p. 45). Outros autores atentam para o fato de que Heródoto censura os abusos da democracia ateniense ao longo das *Histórias*, ainda que por meio de alusões e outras sutilezas narrativas (Moles, 2002, p. 33-52).²

Quanto a Ésquilo, cuja obra *Os Persas* chegou a ser considerada o primeiro exemplar na história do “Orientalismo” (Hall, 1989, p.

² Ressalte-se, por fim, que a referida ideologia da polaridade era limitada no Período Clássico, além de preceder as Guerras Médicas, sendo inadequado qualquer esquema explicativo rígido sobre a evolução das relações entre gregos e bárbaros (Vlassopoulos, 2013, p. 161-225).

99), o debate sobre a natureza de sua representação do “outro” admite duas versões. De um lado, há uma perspectiva antiga que realça a simpatia pelos persas provocada pela narrativa trágica, como faz Broadhead ao expressar sua “forte impressão de que o dramaturgo procurou delinear, não com preconceito ou malícia, mas com imaginação empática, a tragédia persa tal qual ele pensara que teria afetado o povo persa” (Broadhead, 1960, p. xxix, nossa tradução). De outro, há autores que sustentam a visão crítica, de uma peça que contrapõe a democracia ateniense à tirania persa (Harrison, 2000, p. 76-115). Seja como for, a visão atencêntrica de Ésquilo presumivelmente diferiria daquela de Heródoto, cuja biografia estava intimamente ligada ao império dos aquemênidas.

O “Debate Constitucional” de Heródoto, ambientado no Império Aquemênida, foi (e continua a ser) objeto de inúmeras pesquisas acadêmicas,³ vez que constituiria reflexão pioneira, “à moda grega”,

³ Deve-se privilegiar, nesta seara, os trabalhos produzidos por colegas brasileiros. Meneses Sousa revisou a literatura sobre o debate persa, classificando-a em diversas correntes interpretativas. Destacam-se, sobretudo, as leituras positivistas, que investigam a veracidade do episódio, e a literária, que vincula o trecho ao contexto narrativo mais amplo das *Histórias* ou à inspiração de composições anteriores (Meneses Sousa, 2010, p. 16-26). Meneses Sousa procede a um exame narratológico e semântico da passagem. Propondo uma leitura do debate enquanto gênero discursivo distinto do *lógos*, o autor afasta a ideia de alternância cíclica dos regimes políticos, advogando por uma sucessão linear (Meneses Sousa, 2010, p. 67-79). Conclui, assim, que a defesa da monarquia por Dario I é argumentativamente vitoriosa (Meneses Sousa, 2010, p. 99). Sem se perguntar especificamente sobre as preferências de Heródoto (Meneses Sousa, 2010, p. 68), Meneses Sousa demonstra que o historiógrafo de Halicarnasso admite a existência de uma monarquia viciosa e outra, virtuosa, dissociadas no tempo, o que se coaduna com a passagem examinada (Meneses Sousa, 2010, p. 83-95). Rodrigo Gallo também elenca as diferentes correntes de interpretação sobre o debate constitucional e sugere sua própria leitura da passagem. Mais de uma vez, Gallo reafirma a vertente que identifica as Guerras Médicas como um divisor de águas na Grécia Antiga e a crítica à monarquia/tirania como decorrência, ao menos parcial, do embate ideológico entre a “liberdade” grega e “despotismo” persa (Gallo, 2015, p. 111-112, 146 etc.). Para Gallo, Heródoto expressa preferência pela democracia enquanto regime político (Gallo, 2015, 72-82) e confere valor negativo à tirania/monarquia (Gallo, 2015, 83-94). Ainda assim, o historiógrafo admitiria matizes em todos regimes e o próprio debate persa representaria uma versão

sobre os tipos de governo na Antiguidade. Conta-nos o “pai da História” que, após derrotar os usurpadores medos, Dario e outros nobres teriam apresentado argumentos quanto ao regime que os persas deveriam adotar. O primeiro a falar, Otane, teria defendido a democracia, o segundo, Megabizo, advogara pela oligarquia, enquanto Dario, ao final, se colocara ao lado da manutenção da monarquia, levando a melhor.

Objeto de leituras positivistas e literárias, o “Debate Constitucional” também ensejou interpretações diversas sobre o pensamento político clássico (Gallo, 2015; Meneses Sousa, 2010). Para o estudo da importância da Pérsia no pensamento político grego, contudo, o debate se destaca devido à insistência de Heródoto em sua historicidade. Afinal, se o historiógrafo de Halicarnasso podia admitir, na famosa narrativa, que a Pérsia fora o local em que a primeira ponderação dos argumentos favoráveis e desfavoráveis à democracia, à oligarquia e à tirania teria tido lugar, parece claro que não via nos persas, em particular, e nos bárbaros, de forma geral, um caráter autocrático genético, dado ou incontornável. É por isso que alguns autores chegaram a dizer que

A insistência [de Heródoto] na historicidade do debate tem o propósito metodológico de criticar, novamente, as falsas opiniões dos gregos sobre os bárbaros. Sua proposta didática é lembrar seus compatriotas de que a ‘democracia’ não é uma invenção especificamente grega, totalmente estranha ao mundo dos bárbaros (Asheri et. al., 2007, p. 473, nossa tradução).

Não seria correto pensar, contudo, que a relevância da Pérsia só se expressa nos debates clássicos sobre regimes políticos. Os aquemênidas forneceram aos gregos, sem dúvida, um modelo peculiar de monarquia, mas, ao mesmo tempo, permitiram o surgimento de uma consciência sobre um tipo particular de “Estado”, o Estado imperial. Portanto, a segunda e mais sutil questão colocada pela consciência da Pérsia aos autores gregos foi, note-se, a

pioneira, mas não sistematizada, da classificação de três constituições subdivididas, cada qual, em suas formas desviante e ideal (Gallo, 2015, p. 145-149).

apreensão do império, desdobrando-se em inovações terminológicas e conceituais. Salvo por uma obra monográfica de Claudia Tanck (1997), o léxico grego para o Império Aquemênida não atraiu especial atenção dos especialistas, ainda que continue a suscitar interesse nas reflexões sobre o imperialismo antigo (Desclos, 2006, p. 25-26).

Oriundo de dinâmica internacional distinta, o Império Persa estendeu sua influência sobre uma miríade de cidades-estado, as póleis, características por sua pequena extensão territorial e independência formal. Os aquemênidas, diversamente dos gregos, reivindicavam para si uma enorme porção do mundo então conhecido, da Índia antiga (a atual região do Paquistão e do Punjab) à Etiópia, da Arábia à Trácia. Detinham, assim, um domínio territorial gigantesco e inédito, ocupado por povos ou agrupamentos que se percebiam como culturalmente e genealogicamente distintos. Se os persas tinham um “Estado”, no sentido moderno do termo, interessava saber se esse ente político poderia corresponder, em sentido lato, a uma pólis e, caso contrário, a categoria conceitual que estaria apto a ocupar no pensamento antigo.

Entre os próprios orientais, ao que tudo indica, inexistia uma denominação capaz de abarcar as noções de territorialidade e exercício de poder simultaneamente, isto é, dois dos componentes básicos de um Estado (Hansen, 1998, *passim*). Os persas limitavam-se a falar de sua *xšāça*, em sentido territorial (Gnoli, 2009, p. 109-118). Outros termos, como *bumi* e *dahyu*, teriam alcance igualmente restrito (Herrenschmidt, 1980, p. 72). Até mesmo os hebreus, súditos do império e exímios cronistas, não deram nome específico a essa entidade, mas, antes, fizeram uso de palavras genéricas para descrevê-la (Stuart, 2011, p. 29). Os sassânidas tampouco teriam desenvolvido um termo equivalente às noções modernas de governo imperial (Gnoli, *op. cit.*, p. 115).

Na Grécia, contudo, a consciência da Pérsia parece ter induzido a formação de uma importante noção política, essencial para as discussões de Tucídides em diante. Os mais remotos autores que escreveram sobre o Império Persa, interessadamente, referem-se à

entidade como uma pólis, genericamente, ou um país (*chora*), em sentido territorial, seja por razões literárias, seja por falta de termo melhor. É o caso de Ésquilo (*Pers.* 213, 511-512, 682, 715, 781) e, talvez, Helânico de Lesbos (*FrGH* 687a; Cf. Jacoby, 1958, p. 412-414). Heródoto, pelo que podemos aferir, é um dos primeiros autores a empregar um vocábulo que denota, simultânea e alternadamente, o território e o governo das monarquias imperiais e orientais: *arche* (ἀρχή: Hdt. 1.72.2; 106.2; 207.3-4).⁴ Restringindo essa noção virtualmente aos impérios da Ásia (Wickersham, 1994, p. 21), Heródoto sugere que “o imperialismo era algo que não-gregos (*i.e.* persas) faziam aos gregos” (Balot, 2006, p. 156). Nesse sentido, mais do que uma reflexão sobre boas e más monarquias, o historiógrafo aponta para o império, com a conseqüente ameaça que este representava à “liberdade” (independência) das comunidades gregas, como especificidade persa.

Mais do que isso, Heródoto fez uso de uma expressão que designava, exclusivamente, os impérios de tipo asiático, atribuindo-lhe características que deixam pouca dúvida sobre sua natureza: *megale arche* (1.185.1).⁵ A *arche*, qualificada como grande e descrevendo impérios orientais, reaparece em Xenofonte (*Cyr.* 8.1.13), Isócrates (*Hel.*, 43) e Políbio (1.2.2), numa longa tradição clássica de descrição do domínio do rei dos reis. Com conteúdo territorial, ainda que menos frequente, a expressão *arche* parece ter destacado o que de mais distintivo havia na ideologia e vocabulário dos próprios persas sobre seu poderio – um verdadeiro desafio para os helenos, que concebiam o Estado enquanto vínculo de natureza precipuamente pessoal.

Nas décadas subsequentes, contudo, os antigos passaram a empregar o termo *arche* também para se referir ao Império Ateniense, revelando a percepção de que Atenas passara a deter um domínio internacional territorial, similar àquele exercido pelos povos da Ásia.

⁴ O termo tem mais de uma acepção em grego, e, nesse período, figura pela primeira vez com o sentido de império.

⁵ Este tema foi brevemente abordado em Araujo, 2017, p. 22.

Em Heródoto, para ser preciso, há apenas uma associação do termo *arche* ao exercício de poder das póleis gregas no plano internacional, ocorrência que está sujeita a diversas interpretações, mas que não deve sugerir um império (6.98.2). Em Tucídides, o vocábulo é usado sistematicamente nas descrições de Atenas, carregando uma conotação negativa, em oposição à ideia de uma *hegemonia* (isto é, comando militar) livremente concedida (Morris, 2008, p. 128). Em Xenofonte, Aristóteles e demais autores clássicos, o termo, com o sentido de império, também é designação comum para gregos e bárbaros, com conotação territorial e política.

Se os gregos anteriores às conquistas de Alexandre teriam desenvolvido uma avaliação moral monolítica dos persas, é tema sujeito a debate. Claro é, entretanto, que eles tentaram, insistentemente, extrair do império modelos positivos e negativos de liderança, sem demonstrar uma posição unívoca. Assim, ao estudar as avaliações gregas sobre o império, é inevitável que nos indaguemos sobre as avaliações gregas da dinastia reinante e de seus monarcas individuais a partir das práticas de governo dos aquemênidas.

Xenofonte, escrevendo na primeira metade do século IV a.C., escolheu a Pérsia para ambientar um de seus escritos políticos mais relevantes: a *Ciropedia*. A obra é mais do que um elogio a Ciro, o Grande: ela fornece um paradigma do bom líder. O principal detalhe, se é que assim podemos chamá-lo, é que o Estado governado por Ciro é uma monarquia universal, que atinge os extremos do mundo habitado, diferenciando-se radicalmente do que era conhecido no mundo grego da época. Assim, soa estranha a escolha da Pérsia para tal exercício de proselitismo político.

O autor ateniense conhecia o Império Aquemênida, tendo sido um dos generais responsáveis por conduzir um exército de mercenários gregos de volta à Hélade após uma malfadada tentativa de enfrentar o rei dos reis. Sua *Ciropedia*, portanto, deveria refletir conhecimentos e opiniões autênticas sobre a Pérsia (Gera, 1993, p. 1-25), embora muitos especialistas defendam tratar-se de uma espécie

de romance histórico, com muitos aspectos ficcionais e referências políticas remotamente autóctones.

Não fosse a desconfiança dos estudiosos em relação à intenção de Xenofonte nessa obra, não haveria dúvida de que a *Ciropedia* representa a monarquia universal persa como um modelo positivo, em vez de reiterar estereótipos depreciativos que em breve viriam a se consolidar. Ao que parece, há quem pense que o caráter ficto da obra de Xenofonte afastaria a possibilidade de ter ela representado um encômio à Pérsia. Wiesehöfer, por exemplo, assevera que a monarquia persa contemporânea a Xenofonte é claramente “recusada” como modelo político, especialmente em razão da crítica à degeneração do império asiático no livro oitavo da mesma obra (Wiesehöfer, 2010, p. 95). Em defesa dessa perspectiva, foram também apontadas passagens da *Ciropédia* que antecipariam uma visão crítica de Ciro, implicitamente, a partir de sua administração da Babilônia (Gera, 1993, p. 285-299).

Pode até ser. Note-se, entretanto, que muitos comentaristas recusaram a autenticidade histórica da conclusão de Xenofonte no capítulo oitavo do livro oito (o “epílogo”), creditando-lhe uma autoria tardia, vez que não se coadunava com o caráter glorificador do restante do escrito (Cf. Tatum, 1989, p. 220-225). Ainda hoje, não se pode dizer que todos os historiadores concordariam com Wiesehöfer e a corrente majoritária em relação à cronologia ou autoria da referida passagem. Parece, ademais, acertada a opinião de Steven Hirsch, segundo o qual “a *Ciropédia* [...] é extraordinária entre os escritos gregos do século quarto precisamente em razão de sua posição altamente simpática em relação ao Império Persa” (Hirsch, 1985, p. 97, nossa tradução).

Em *As Leis*, de Platão, ao contrário, o império é contundentemente criticado. A avaliação, superficial, é formulada a partir das práticas de governo de reis tomados individualmente (Lg. 697c.). O retrato do império que Platão nos quer transmitir fundamenta-se numa explicação eminentemente moral, que atribui à educação dos monarcas o sucesso ou fracasso de suas políticas (Araujo, 2016, p.19; Lenfant, 2011, p. 277-282). Essa perspectiva,

comum na Antiguidade, explica, por exemplo, a importância conferida por Platão a Dario I, apresentado, em outra obra, como um reformador, ao lado de Licurgo e Sólon (Vlassopoulos, 2013, p. 201, 203).

Aristóteles, o estagirita, viveu entre os reinados de Artaxerxes II e Artaxerxes III e produziu uma obra da qual seguramente se esperaria encontrar apontamentos sobre a Pérsia aquemênida. No entanto, nem sempre é fácil situar o lugar da Pérsia em sua obra ou apontar uma avaliação preponderante da monarquia aquemênida.

Até muito recentemente, defendeu-se que a noção de despotismo oriental teria uma raiz antiga e, em particular, aristotélica. Koebner e Richter, examinando com esmero e precisão técnica a evolução do conceito de despotismo, enxergam em Aristóteles uma cesura essencial entre gregos e bárbaros e o desenvolvimento de uma teoria muito próxima daquela que se tornaria a opinião comum do século XVIII quanto às monarquias orientais (Koebner, 1971, p. 276; Richter, 2010, p. 262). Em apertada síntese, esses autores defendem que o regime asiático, na forma em que fora entendido por Aristóteles, consistiria no exercício de poder análogo àquele do senhor sobre seus escravos.

Por outro lado, há quem afirme que o filósofo teria manifestado reservas apenas quanto a monarcas individuais e, de forma geral, uma opinião positiva da dinastia reinante ou de suas instituições: “assim, o primeiro ensinamento ocidental sobre a monarquia aquemênida, paradoxalmente presente na obra de um grego que considerava a Pérsia radicalmente inferior por natureza, era de uma profunda admiração pela dinastia dos Grandes Reis” (Bodéüs, 1973, p. 472, nossa tradução). Nessa leitura, até mesmo a monarquia absoluta de Aristóteles, a *pambasileia*, teria como referência precípua a Pérsia.

Ambas as interpretações, muito sofisticadas, são, em alguma medida, defensáveis e compatíveis. A visão aristotélica da Ásia era preponderantemente negativa, com ênfase inegável na natureza inferior dos bárbaros, tidos como meros escravos. Ao mesmo tempo,

o governo despótico parece conforme à experiência asiática justamente devido à alegada inferioridade social de seus povos.

Aristóteles, na *Política*, concebe uma categoria específica de governo monárquico, a realeza “dos bárbaros”, um hibridismo de monarquia e tirania.⁶ Ela consistiria no domínio “senhorial”, temperado pela hereditariedade e o exercício de poder conforme as leis (*Pol.* 1285a20-24). Esse governo, sobre o qual recai, sem dúvida, algum juízo de censura, deve ser entendido como expressão genérica da monarquia persa. Certamente, não se tratava de uma tirania estrita, mas tampouco de uma monarquia ideal, uma vez que sua relação de domínio é caracterizada como despótica, ou senhorial, ainda que, como dissemos, apropriada à realidade asiática, onde os povos seriam naturalmente propensos a tal controle.

A esse respeito, é preciso destacar mais de uma passagem relevante. Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles afirma que a relação dos pais com seus filhos tem a forma de uma monarquia, preocupando-se o progenitor com o bem-estar da prole. Entre os persas, diz o estagirita, a autoridade paterna se assemelharia à tirania, sendo os filhos tratados como escravos. O filósofo conclui dizendo que a relação persa é “pervertida”, pois diferentes tipos de subordinados exigiriam diferentes formas de governo (*EN* 1160b24-34). Aristóteles, ao que parece, não se refere aqui ao regime persa, mas estritamente à relação entre pai e filho, que, na Pérsia, não respeitaria a forma “monárquica”, a busca do bem comum familiar.

Na *Política*, encontramos observações mais genéricas, mas certamente conferíveis ao contexto persa. Em uma passagem, Aristóteles afirma que os bárbaros, a mulher e o escravo pertenceriam à mesma categoria, sendo, por natureza, “a mesma coisa” (*Pol.* 1252b5-9). A partir dessa afirmação, é lícito dizer que, para Aristóteles, os persas seriam naturalmente servis, de forma que súditos, mulheres e filhos figuravam, todos, na mesma categoria de “escravos”. Assim, não pareceria em nada desajustado o governo

⁶ A respeito de tal avaliação de Aristóteles sobre a monarquia persa e sua relação com a mecânica institucional persa, cf. Araujo, 2016, p. 18.

“despótico” dos persas sobre seus súditos, que constituiriam um mero corpo social de escravos. Vale a pena mencionar, a essa altura, o suposto conselho de Aristóteles a Alexandre de que governasse os macedônios e gregos como líder, mas os bárbaros como senhor (*Plu. Alex.* 6).

Que Aristóteles pensava ser o domínio aquemênida, geralmente, uma tirania fica claro em outras passagens relativas às práticas de governo dos iranianos em casos concretos. Em determinado trecho, o filósofo apresenta a Pérsia como um modelo para os tiranos gregos (*Pol.* 1313a35-1313b40). Noutra passagem, a relação da Pérsia com seus povos dominados é equiparável ao domínio dos atenienses (*Pol.* 1284a39-40; 1284b1-2). Ora, Aristóteles conhecia os abusos e o destino do Império Ateniense, denunciado por diversos autores progressos como uma verdadeira “tirania” no plano internacional (Raaflaub, 2003, p. 59). É verdade que Ciro, o Grande, é tratado como um monarca do tipo que age em favor do interesse comum, exatamente o contrário do que se esperaria de um tirano (*Pol.* 1310b35-40). No entanto, essa é, muito provavelmente, a exceção, não a regra.

Ainda assim, ao contrário do caso dos autores iluministas, como Montesquieu, Aristóteles enfatiza, como foi dito, a adesão dos monarcas bárbaros às normas, o que parece temperar sua descrição do poder na Ásia. As referências à hereditariedade e à submissão voluntária ao arbítrio do rei também não são insignificantes. Ao que parece, Aristóteles fixa uma particularidade das monarquias bárbaras, distanciando-as de modelos mais degenerados de exercício de poder tirânico. O despotismo de Aristóteles é, assim, mais próximo da “monarquia senhorial” de Bodin do que do despotismo dos iluministas, um fato que merece maior atenção.

Monarquia, império ou despotismo, o importante é que os mais sofisticados pensadores gregos jamais se furtaram ao exame da política à luz da experiência de seus vizinhos orientais. Essa breve incursão pela perspectiva grega do Império Aquemênida demonstra, justamente, o inestimável valor da consciência da Pérsia para o pensamento político clássico. Insetos em contexto internacional

belicoso, os gregos comuns demonstraram desprezo pelas instituições e costumes dos persas antigos, seus inimigos nas campanhas de Maratona, Salamina e Plateias. No entanto, apesar de observarmos uma tendência à crítica e reprovação dos bárbaros na tragédia, na comédia ou nos discursos dos oradores atenienses, parece mais complexa a natureza dos escritos políticos e filosóficos sobre o tema. De um ponto de vista acadêmico, as fontes permitem que façamos indagações quanto ao surgimento da noção de império, o suposto alicerce do discurso identitário ateniense e os limites e implicações das avaliações morais do governo persa.⁷

Bibliografia

ARAÚJO, M. T. M. (2016). Direito e poder na Pérsia Aquemênida. *Revista Poder & Cultura* 3, n. 5, p. 16-29.

ARAÚJO, M. T. M. (2017). Hegemonia e impérios orientais em Heródoto. *Clássica* 30, n. 1, p. 9-27.

ASHERI, D.; LLOYD, A.; CORCELLA, A. (2007). *A Commentary on Herodotus, Books 1-4*. Oxford, Oxford University Press.

BALOT, R. K. (2006). *Greek political thought*. Malden, Oxford, Blackwell.

BARCELÓ, P. (1993). *Basileia, Monarchia, Tyrannis: Untersuchungen zu Entwicklung und Beurteilung von Alleinherrschaft im vorhellenistischen Griechenland*. Stuttgart, Franz Steiner.

BODÉÛS, R. (1973). Le premier cours occidental sur la royauté achéménide. In: *L'antiquité classique*, Tomo 42, p. 458-472.

⁷ Este artigo foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo n.º 2016/14318-0). Ele foi possível graças a reflexões promovidas durante a XXIV Semana de Estudos Clássicos da UFJF sobre o Império Persa Aquemênida no pensamento político grego e por um estágio doutoral na École Française de Rome sob financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Processo n.º 88881.135183/2016-01).

- BODIN, J. (1579). *Les six livres de la Republique*. Lyon, Imprimerie de Jean de Tournes.
- BROADHEAD, H. D. (ed.) (1960). *The Persae of Aeschylus*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRIANT, P. (2003). *Darius dans l'ombre d'Alexandre*. Paris, Fayard.
- BURY, R. G. (trad.) (1961). Plato. *Laws*. Cambridge, Harvard University Press.
- CARTLEDGE, P. (2002). *The Greeks: A portrait of self and others*. 2 ed. Oxford, Oxford University Press.
- CONDILO, C. S. (2008). *Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas Histórias*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- CURTIS, J.; TALLIS, N. (eds.) (2005). *Forgotten Empire, The World of Ancient Persia*. London, The British Museum Press.
- DESCLOS, M.-L. (2006). L'Empire Athénien et les mots pour le dire. In: MÉNISSIER, T. *L'idée d'empire dans la pensée politique, historique juridique et philosophique*. Paris, Harmattan.
- DUPERRON, A. H. A. (1778). *Legislation orientale*. Amsterdam, Marc-Michel Rey.
- FERREIRA, J. R.; SILVA, M. F. (trads.) (2015). Heródoto. *Histórias*. Livro 1. Lisboa, Edições 70.
- GALLO, R. F. (2015). *Heródoto e a Teoria das Formas de Governo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- GERA, D. L. (1993). *Xenophon's Cyropaedia: style, genre, and literary technique*. Oxford, Clarendon Press.
- GNOLI, G. (2007). Old Persian xšāça-, Middle Persian šahr, Greek ἔθνος. In: MACUCH, M. et al. (eds.). *Iranian Languages and Texts from Iran and Turan*. Wiesbaden, Otto Harrassowitz GmbH & Co. KG.
- GODLEY, A. D. (trad.) (1920). Herodotus. *Histories*. London, William Heinemann.

- GRUEN, E. (2010). *Cultural Identity in the Ancient Mediterranean*. Issues & Debates. Los Angeles, Getty Research Institute.
- HALL, E. (1989). *Inventing the barbarian: Greek self-definition through tragedy*. New York, Oxford University Press.
- HALL, J. (2002). *Hellenicity: between ethnicity and culture*. Chicago, The University of Chicago Press.
- HANSEN, M. H. (ed.) (1998). *Polis and City-State. An ancient concept and its modern equivalent*. Acts of the Copenhagen Polis Center. Vol. 5. Copenhagen, Danish Royal Academy.
- HARRISON, T. (2000). *The emptiness of Asia: Aeschylus' Persians and the history of the fifth century*. London, Duckworth.
- HARTOG, F. (1988). *Le miroir d'Hérodote : Essai sur la représentation de l'autre*. Paris, Gallimard.
- HERRENSCHMIDT, C. (1980). L'Empire perse achéménide. In: DUVERGER, M. (org.). *Le concept d'Empire*. Paris, Presses Universitaires de France.
- HIRSCH, S. W. (1985). *The Friendship of the Barbarians: Xenophon and the Persian Empire*. London, Tufts University Press.
- HOBBS, T. (1981). *Leviathan*. London, Penguin Books.
- JACOBY, F. (1958). *Die Fragmente der griechischen Historiker, Dritter Teil: Geschichte von Städten und Völkern (Hörographie und Ethnographie)*. Leiden, Brill.
- KADIVAR, C. (2002). *We are awake – 2,500-year celebrations revisited*. *The Iranian* (25 January 2002). Disponível em <https://iranian.com/2002/01/25/we-are-awake/>. Acessado em Maio de 2017.
- KIM, H. J. (2013). *The Invention of the 'Barbarian' in Late Sixth-Century BC Ionia*. In: ALMAGOR, E. SKINNER, J. *Ancient Ethnography: New Approaches*. London e New York, Bloomsbury.
- KOEBNER, R. (1951). Despot and Despotism: Vicissitudes of a Political Term. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 14, n. 3/4, p. 275-302.
- LENFANT, D. (2011). *Les Perses vus par les Grecs*. Paris, Armand Colin.

LEROUGE, C. (2007). *L'image des Parthes dans le monde gréco-romain*. Du début du Ier siècle av. J.-c. jusqu'à la fin du Haut-Empire romain. Stuttgart, Franz Steiner.

LLEWELLYN-JONES, L. (2013). *King and Court in Ancient Persia 559 to 331 BCE*. Edimburgo, Edimburgh University Press.

MACGREGOR, N. (2004). The whole world in our hands. *The Guardian*. 24 July 2004. Disponível em <https://www.theguardian.com/artanddesign/2004/jul/24/heritage.art>

MACHIAVEL, N. (2008). *Le Prince / Il Principe*. Texte établi par : Mario Martelli, Simona Mercuri, Commentaire de : Jean-Jacques Marchand, Traduit par : Paul Larivaille. Paris, Les Belles Lettres.

MARCHANT, E. C. (ed.) (1904). *Xenophontis opera omnia*. Vol. 3. Oxford, Clarendon Press.

MENESES SOUSA, P. Â. (2010). *O debate persa em Heródoto*. Teresina, EdUFPI.

MOLES, J. (2002). Herodotus and Athens. In: BAKKER, E. J.; JONG, I. J. F.; WEES H. van (eds.). *Brill's Companion to Herodotus*. Boston/London/Leiden/Köln, Brill.

MONTESQUIEU, C.-L. S. (2004). *Do Espírito das Leis*. Trad. Edson Bini. Bauru, EDIPRO.

MORRIS, I. (2009). The greater Athenian State. In: MORRIS, I.; SCHEIDEL, W. *The Dynamics of Ancient Empires: State Power from Assyria to Byzantium*. New York, Oxford University Press.

NORLIN, G. (trad.) (1980). Isocrates. *Speeches*. Cambridge-Mass./London, Harvard University Press/William Heinemann Ltd.

PAYEN, P. (1997). *Les Îles Nomades : Conquérir et résister dans l'Enquête d'Hérodote*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en sciences sociales.

PERRIN, B. (trad.) (1962). Plutarch. *Lives*. With an English Translation. Vol. 9. Cambridge, Harvard University Press.

RAAFLAUB, K. A. (2003). Stick and Glue: The Function of Tyranny in Fifth-Century Athenian Democracy. In: MORGAN, K. A. (ed.). *Popular Tyranny: Sovereignty and its Discontents in Ancient Greece*. Austin, University of Texas Press.

- RACKHAM, H. (trad.) (1994). Aristotle. *Politics*. Cambridge-Mass./London, Harvard University Press/William Heinemann Ltd.
- RICHTER, M. (2010). *Despotism, Oriental*. In: GRAFTON, A.; MOST, G. W.; SETTIS, S. (eds.). *The Classical Tradition*. Cambridge, Harvard University Press.
- ROBSON, E. I. (trad.) (1967). Arrianus. *Anabasis Alexandri*: livros I-IV. Leipzig, Teubner.
- SKINNER, J. E. (2012). *The Invention of Greek Ethnography*. From Homer to Herodotus. New York, Oxford University Press.
- SMITH, C. F. (trad.) (1928). Thucydides. *History of the Peloponnesian War*. Books 1 and 2. Cambridge/London, Harvard University Press.
- STUART, D. (2011). The Old Testament Context of David's Costly Flirtation with Empire-Building. In: PORTER, S. E.; WESTFALL, C. L. (eds.). *Empire in the New Testament*. Eugene, Wipf and Stock Publishers.
- TANCK, C. (1997). *Arche – Ethnos – Polis: Untersuchungen zur begrifflichen Erfassung des Achämenidenreiches in zeitgenössischen griechischen Quellen*. Frankfurt, Peter Lang.
- TATUM, J. (1989). *Xenophon's imperial fiction: on the education of Cyrus*. New Jersey, Princeton University Press.
- THOMSON, J. A. K. (trad.) (2004). Aristotle. *The Nicomachean Ethics*. London, Penguin Books.
- VIEIRA, T. (trad.) (2013). *Ésquilo. Os Persas*. São Paulo, Perspectiva.
- VLASSOPOULOS, K. (2013). *Greeks and barbarians*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WICKERSHAM, J. (1994). *Hegemony and the Greek Historians*. London, Rowman & Littlefield Publishers.
- WIESEHÖFER, J. (2010). The Achaemenid Empire. In: MORRIS, I.; SCHEIDEL, W. *The Dynamics of Ancient Empires: State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford, Oxford University Press.
- ZINGANO, M. (2010). *Sobre a Ética Nicomaqueia de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo, Odysseus Editora.

Submetido em 24/05/2017 e aprovado para publicação em 20/12/2017



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado.